

RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.967 - RO (2019/0109063-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : CAD ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR E OUTRO(S) - RO001370
CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA - RO003593
MAGALI FERREIRA DA SILVA - RO000646A
RECORRIDO : N BONELLE
ADVOGADO : GUSTAVO CAETANO GOMES E OUTRO(S) - RO003269

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CAD ENGENHARIA E PROJETOS LTDA., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rondônia, assim ementado (e-STJ, fl. 307):

Preparo. Valor correto. Deserção. Inocorrência. Ação monitória. Carência de ação. Não configuração. Prestação de serviços. Prova. Valor. Demonstração. Ação procedente. Sentença mantida. Evidenciado que o preparo foi recolhido de forma correta, não há que se falar em necessidade de complementação ou deserção. A ação monitória é adequada à pretensão de recebimento de crédito oriundo de documento escrito sem força executiva. Comprovada a prestação de serviços em favor da parte devedora e os valores cobrados, deve ser julgada procedente ação monitória com a constituição do título executivo judicial.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 328-331).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 333-346), a recorrente apontou ofensa ao art. 9º da Lei n. 8.666/1993.

Sustenta, em síntese, que engenheiro químico não pode atuar como responsável técnico de engenharia civil. Afirmar que comprovou que outra pessoa era o engenheiro civil responsável. Esclarece que o pagamento de taxa não comprova a relação de contratação das obras de engenharia com um engenheiro químico.

Pondera, ao impugnar os valores, que não faria sentido subcontratar um serviço pelo mesmo preço que receberia, pois isso lhe traria prejuízos devido a despesas, impostos e etc.

Alega que a obra ainda não foi concluída e, por isso, não haveria a necessidade de licença. Aduz que o recorrido não prestou serviço algum.

Não foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fl. 358).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fl. 365).

Brevemente relatado, decido.

Primeiramente, faz-se necessário salientar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento, é imprescindível que o recorrente demonstre de forma clara as razões pelas quais entende que os dispositivos apontados foram malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

Portanto, ao interpor o recurso especial alegando ofensa ao art. 9º da Lei n. 8.666/1993, sem demonstrar de forma clara como a violação teria ocorrido, constata-se que a argumentação apresentada no recurso mostra-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PENSÃO POR MORTE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE RECONHECEU A EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. NULIDADE DO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. Outrossim, no que tange a suposta violação aos arts. 11 e 489, II, do CPC/2015, não há indicação clara e precisa de que modo os referidos dispositivos teriam sido violados, limitando-se a tecer alegações genéricas. O entendimento desta Corte é que a admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos por violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Portanto, a deficiência na fundamentação do recurso atrai a aplicação, por analogia, do disposto na Súmula 284 do STF, in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

3. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1652029/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017)

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

